

Declaração Política sobre a Descarbonização da Economia, na Assembleia Municipal de Lisboa de 28 de Março de 2017

Os Verdes decidiram trazer o tema da descarbonização da economia à sessão de declarações políticas de hoje.

A sociedade está a alterar o sistema climático rapidamente e de forma irreversível com os gases com efeito de estufa que produz, principalmente devido à queima de combustíveis fósseis.

O rápido crescimento do consumo de energia à escala global é preocupante para as gerações presentes e futuras e para o planeta.

Como alguns especialistas defendem, nunca teríamos chegado a este ponto se os gases com efeito de estufa tivessem cor ou cheiro. Mas os seus efeitos são bem visíveis e estão a acontecer de forma irreversível. A subida do nível do mar, as condições meteorológicas extremas, a propagação de doenças, entre outros fenómenos, são já bem evidentes e é preciso agir para evitar danos e riscos mais graves.

Foi perante esta urgência que a comunidade mundial se comprometeu a manter o aquecimento abaixo dos 2°C e a empenhar todos os esforços para o limitar apenas a 1,5°C.

Para conseguirmos atingir este objectivo, a esmagadora parte das reservas de carvão, petróleo e gás natural deve ser deixada no solo, em vez de ser extraída e utilizada.

E, de facto, se por um lado é errado, insustentável e perigoso intensificar as alterações climáticas, financiá-las e tentar lucrar com elas é não apenas um jogo de especulação financeira, como um grave atentado à sustentabilidade ambiental e uma agressão ao futuro do ser humano e do planeta.

Sobre os compromissos do Acordo de Paris, é de salientar que o próprio Governo português anunciou que, até 2050, o nosso país será neutro em emissões de CO₂, sendo necessário começar a trabalhar já para este compromisso.

A crise climática é uma das maiores ameaças que vivemos e é altura de repensarmos a forma como vivemos. Perante o desafio que nos é colocado, a descarbonização é a única solução realmente segura para evitar alterações climáticas dramáticas. É urgente descarbonizar, eliminando progressivamente a dependência das energias fósseis substituindo-as por outras fontes renováveis como a hídrica, a eólica e a solar.

É verdade que em todas as discussões que fazemos sobre alterações climáticas, a palavra «descarbonizar» aparece no topo, porque a consideramos relevante. Mas não nos ficamos por aqui. Há outros aspectos que Os Verdes têm reclamado e que também devem ser uma prioridade: a eficiência e a diminuição dos consumos energéticos.

Esta perspectiva da diminuição de consumos é fundamental a nível do edificado e da mobilidade, porque os transportes têm implicações directas e muito fortes na emissão de gases com efeito de estufa e para Os Verdes a palavra-chave neste sector está na mobilidade colectiva.

O lado da eficiência no consumo tem sido ignorado ao longo de anos. Os edifícios residenciais e de serviços, nos quais se gasta cerca de 30% da energia do país, são exemplo desta negligência. Uma parte considerável (cerca de 15%) da energia utilizada nos edifícios residenciais é usada para aquecimento, devido ao fraco isolamento das casas.

Investir na requalificação dos edifícios traria poupanças energéticas consideráveis, particularmente nos grandes centros urbanos, onde é necessário um investimento forte orientado por políticas públicas de reabilitação urbana.

Nesta discussão, importa também clarificar que a fiscalidade verde não se pode caracterizar como uma forma de ir buscar dinheiro aos contribuintes, porque o seu principal objectivo deve ser a alteração de comportamentos para que consigamos obter padrões ambientais melhores.

Acreditamos que os cidadãos têm sensibilidade para um consumo responsável, mas a Administração Central e a Câmara Municipal de Lisboa têm de fazer o seu papel. Têm de informar, sensibilizar e dar o exemplo.

Actualmente, um número crescente de cidades já decidiu eliminar os seus investimentos em combustíveis fósseis. Podemos dar o exemplo de Berlim, Bordéus, Copenhaga e Estocolmo, entre outras.

Copenhaga decidiu mesmo proibir os investimentos em empresas que obtenham mais de 5% da sua receita a partir de carvão, petróleo ou gás, aplicando-se o critério a empresas que se dediquem à prospecção ou extracção de carvão, petróleo ou gás, bem como a empresas que forneçam equipamentos e serviços para a indústria dos combustíveis fósseis.

Perante isto, o objectivo desta declaração política de Os Verdes é alertar para o desafio que temos pela frente, para o qual a cidade de Lisboa deverá estar atenta e comprometer-se de forma séria, estruturada e consequente com o combate e adaptação às alterações climáticas, o que passa obrigatoriamente por melhorar a eficiência energética e reduzir os consumos.

Por isso mesmo, colocamos à consideração dos Srs. deputados uma recomendação para que a CML assuma o desinvestimento nos combustíveis fósseis como uma prioridade, à semelhança de outras cidades a nível mundial e aposte na melhoria da eficiência energética e na redução do consumo energético. E porque precisamos de medidas concretas, propomos que a Câmara elabore um relatório onde apresente medidas no sentido da descarbonização da cidade de Lisboa, que desenvolva campanhas de informação e sensibilização sobre a necessidade de descarbonizar a cidade e que informe a Assembleia Municipal sobre essas medidas.

Se queremos descarbonizar, temos de agir a todos os níveis para que, de facto, os combustíveis fósseis sejam progressivamente arredados da nossa vida individual e da nossa vida colectiva.

Cláudia Madeira

Grupo Municipal de “**Os Verdes**”